

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 132/2024-PGJ, DE 12.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Rosalina Cruz Cavagnolli para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça de Água Clara a partir de 1º.2.2024, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 3611/2023-PGJ, de 4.7.2023, que designou o Promotor de Justiça Jean Carlos Piloneto.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 133/2024-PGJ, DE 12.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça de Bela Vista a partir de 1º.2.2024, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 3680/2023-PGJ, de 6.7.2023, que designou a Promotora de Justiça Janaina Scopel Bonatto.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 134/2024-PGJ, DE 12.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Marcos André Sant’Ana Cardoso para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça de Sonora a partir de 1º.2.2024, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 4205/2023-PGJ, de 1º.8.2023, que designou o Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 136/2024-PGJ, DE 12.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Rosalina Cruz Cavagnolli, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 23ª Zona Eleitoral no período de 1º.2.2024 a 31.10.2025; e revogar, a partir de 1º.2.2024, a Portaria nº 5250/2023-PGJ, de 28.9.2023, na parte que indicou o Promotor de Justiça Jean Carlos Piloneto.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 137/2024-PGJ, DE 12.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 17ª Zona Eleitoral no período de 1º.2.2024 a 31.10.2025; e revogar, a partir de 1º.2.2024, a Portaria nº 7054/2023-PGJ, de 19.12.2023, que indicou a Promotora de Justiça Janaina Scopel Bonatto.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 138/2024-PGJ, DE 12.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Marcos André Sant’Ana Cardoso, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 26ª Zona Eleitoral no período de 1º.2.2024 a 31.10.2025; e revogar, a partir de 1º.2.2024, a Portaria nº 5250/2023-PGJ, de 28.9.2023, na parte que indicou o Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 243/2024-PGJ, DE 19.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Lívia Carla Guadanhim Bariani 5 (cinco) dias de folga compensatória no período de 19 a 23.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 307/2024-PGJ, DE 29.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Cristiane Amaral Cavalcante 5 (cinco) dias de folga compensatória de 8 a 12.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão dos feriados forenses de 2018/2019 e 2023/2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 337/2024-PGJ, DE 29.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, participar das audiências dos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 066.158.0001/2023 do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul em 30 e 31.1.2024, às 13h30min.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 296/2024-PGJ, DE 23.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Pedro Arthur de Figueiredo para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 12ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande de 7 a 9.2.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Rodrigo Yshida Brandão.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 297/2024-PGJ, DE 23.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Rodrigo Yshida Brandão para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 19ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande em 16.2.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Lívia Carla Guadanhim Bariani.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 298/2024-PGJ, DE 23.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça José Arturo Iunes Bobadilla Garcia para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 19ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande de 19 a 29.2.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Lívia Carla Guadanhim Bariani.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 299/2024-PGJ, DE 23.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande em 15 e 16.2.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Adriano Lobo Viana de Resende.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 300/2024-PGJ, DE 23.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça 2, Assep 2, em 5 e 6.2.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Ludmila de Paula Castro Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 301/2024-PGJ, DE 23.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Coordenadoria da Secretaria de Desenvolvimento de Apoio às Atividades de Execução, Daex, em 5 e 6.2.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Ludmila de Paula Castro Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 302/2024-PGJ, DE 23.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Bonito de 22.1 a 5.2.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 303/2024-PGJ, DE 23.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Jean Carlos Piloneto para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Glória de Dourados em 18 e 19. 1.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Gilberto Carlos Altheman Júnior; e tornar sem efeito a Portaria nº 153/2024-PGJ, de 15.1.2024, que designou o Promotor de Justiça Anthony Allison Brandão Santos.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 304/2024-PGJ, DE 23.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça José Aparecido Rigato para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados em 15 e 16.2.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça José Antonio Alencar.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA N° e-77/2024/PGJ, DE 29.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Maria Aparecida de Oliveira Santana França, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 6 a 15.5.2024 e de 21 a 30.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.3.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-78/2024/PGJ, DE 29.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Felipe Dutra Cacerez, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 18 a 27.3.2024 e de 17 a 26.7.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.3.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-79/2024/PGJ, DE 29.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Juliane Aparecida Cordeiro Queiroz, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas no período de 19.2 a 10.3.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.3.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-80/2024/PGJ, DE 29.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Karla Nogueira Steil, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas no período de 14.10 a 2.11.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 11 a 20.3.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-81/2024/PGJ, DE 29.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Nathalia Santa Catharina Poester, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 23.2 a 3.3.2024, de 16 a 25.7.2024 e de 1º a 10.10.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



**PORTARIA Nº e-82/2024/PGJ, DE 29.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Wilson Flores Velasques, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 15 a 24.7.2024 e de 3 a 12.2.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.7.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-83/2024/PGJ, DE 29.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Carlos Cesar de Araujo Junior, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 18 a 27.3.2024, de 15 a 24.7.2024 e de 30.9 a 9.10.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-84/2024/PGJ, DE 29.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-244/2023-PGJ, de 7.3.2023, que concedeu férias ao servidor Carlos Henrique de Brito Gomes, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 31.1 a 9.2.2024", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 19 a 28.2.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-85/2024/PGJ, DE 29.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Luciana Rodrigues Mandu, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 1º a 10.4.2024, de 5 a 14.8.2024 e de 29.10 a 7.11.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



**PORTARIA Nº e-86/2024/PGJ, DE 29.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Christiane Naomi Hiratsuka, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 17 a 26.4.2024 e de 9 a 18.9.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.10.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-87/2024/PGJ, DE 29.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Daniel Celio Fernandes Costa Matos, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 14 a 23.10.2024 e de 7 a 16.1.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 19 a 28.3.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-88/2024/PGJ, DE 29.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Bruno Angelo Castelete, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 14 a 23.10.2024 e de 22.4 a 1º.5.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.4.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-89/2024/PGJ, DE 29.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Leonardo Coninck de Souza, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 1º a 10.4.2024 e de 22 a 31.7.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 20 a 29.5.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-90/2024/PGJ, DE 29.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Kathyelle Agatha Palermo Faria Nantes Maciel, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 23.9 a 2.10.2024 e de 7 a 16.1.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 26.3 a 4.4.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-91/2024/PGJ, DE 29.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Luis Felipe Ibanhes Pereira, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 20 a 29.5.2024 e de 19 a 28.2.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.4.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-92/2024/PGJ, DE 29.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Cassius Marcelus da Cruz Bandeira, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 3 a 12.6.2024 e de 18 a 27.11.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 12 a 21.4.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-93/2024/PGJ, DE 29.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Rosimara Bandeira Vasques de Almeida, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 15 a 24.7.2024 e de 7 a 16.1.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.4.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-94/2024/PGJ, DE 29.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Luiz Fernando Koyanagi, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 20 a 29.5.2024 e de 14 a 23.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 3 a 12.6.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-95/2024/PGJ, DE 29.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Yohhan Teruya, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 1º a 10.4.2024 e de 17 a 26.6.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 22 a 31.3.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-96/2024/PGJ, DE 29.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Jorge Charbel Berto Nasralla, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 22.4 a 1.5.2024 e de 14 a 23.8.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 22 a 31.3.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-97/2024/PGJ, DE 29.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Gabriel Ignacio Lopes, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 20 a 29.5.2024 e de 7 a 16.1.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.4.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-98/2024/PGJ, DE 29.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Anderson Fernandes, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 22 a 31.7.2024 e de 1º a 10.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 2 a 11.12.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-99/2024/PGJ, DE 29.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-574/2023-PGJ, de 30.5.2023, que concedeu férias à servidora Izabela Gama Todt, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas nos períodos de 26.2 a 6.3.2024 e de 17 a 26.6.2024", passe a constar: "a serem usufruídas nos períodos de 16 a 25.9.2024 e de 8 a 17.1.2025", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-100/2024/PGJ, DE 29.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Rubia Mara Mayume Suetake, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 20 a 29.5.2024, de 1º a 10.7.2024 e de 14 a 23.10.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-101/2024/PGJ, DE 29.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Margarida da Silva Barros, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 17.7 a 5.8.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.4.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-102/2024/PGJ, DE 29.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Alyne Kathiucia Raulino Green, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 14 a 23.10.2024 e de 23.6 a 2.7.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 15 a 24.4.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-103/2024/PGJ, DE 29.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Camila de Favre Tamaoki, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 17 a 26.6.2024 e de 7 a 16.4.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 19 a 28.3.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-104/2024/PGJ, DE 29.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Valter Ribeiro Dos Santos Junior Wille, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 4.4 a 3.5.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-105/2024/PGJ, DE 29.1.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-1039/2023-PGJ, de 13.9.2023, que concedeu férias ao servidor Alasson Saraiva, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 11 a 20.12.2024", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 7 a 16.1.2025", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 004/2024/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

**1) Inquérito Civil nº 06.2018.00003232-9** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Naviraí - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a notícia da eventual ocorrência de enriquecimento ilícito de servidor público, ante ao recebimento de subsídios sem a contraprestação de serviços públicos, em continuidade às investigações desenvolvidas nos autos de Inquérito Civil nº 49/2016. **2) Inquérito Civil nº 06.2019.00001045-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Empresa Energética Santa Helena S/A - Assunto: Apurar o dano ambiental causado na Fazenda Ipê Branco em decorrência de incêndio que atingiu 812 hectares de canavial, 10,11 hectares de reserva legal e 17,89 hectares de área de preservação permanente. **3) Inquérito Civil nº 06.2019.00001493-5** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Jose Paim Telles - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental de desmatamento de 3,27 hectares de vegetação nativa em área de Floresta Aluvial, na propriedade rural Fazenda Mandioca (CARMS0058766), no Município de Camapuã/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 675/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental 2016-2017). **4) Inquérito Civil nº 06.2019.00001589-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Joaquim Antônio de Melo - Assunto: Apurar desmatamento de 2,23 hectares de vegetação nativa em área de Savana Arborizada sem Floresta-de-Galeria, na Chácara Esperança, em Figueirão, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 684/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental). **Advogada: Giovanna Consolaro – OAB/MS 16.035.** **5) Inquérito Civil nº 06.2019.00001831-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anaurilândia - Requerente: 15º Batalhão de Polícia Militar Ambiental de Mato Grosso do Sul - Requerido: Manoel Marques - Assunto: Apurar o desmatamento de 11,51 hectares em área de Mata Atlântica, na Fazenda Guarujá, em Anaurilândia/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 94/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental). **6) Inquérito Civil nº 06.2020.00001030-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí - Requerente: Batalhão de Polícia Militar Ambiental de Naviraí MS - Requerido: Célio Batista Martins Filho - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade denominada Fazenda Santa Luzia. **7) Inquérito Civil nº 06.2020.00001262-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual omissão das Secretarias Municipais de Saúde de Miranda e de Bodoquena quanto ao controle de assiduidade dos profissionais da saúde, bem como a disponibilidade ao público da escala de plantonistas. **8) Inquérito Civil nº 06.2021.00000148-8** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Otolomisto Justino de Carvalho - Assunto: Apurar eventual crime ambiental consistente em supressão vegetal de origem nativa em Área de Preservação Permanente na Fazenda Cachoeira, localizada em Camapuã/MS, de propriedade de Otolomisto Justino de Carvalho, conforme Ofício n.º 084/2ºGPMA/2020. **Advogado: Guilherme Tessaro da Silva – OAB/MS nº 23.870.** **9) Inquérito Civil nº 06.2021.00000317-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Delcio Castelucci - Assunto: Apurar a supressão de área de vegetação nativa de 7,97 hectares sem autorização do órgão ambiental, nas propriedades denominadas Sete Quedas Gleba A e Sete Quedas Gleba B (parte), situadas no Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS, conforme auto de infração nº 6851/IMASUL. **10) Inquérito Civil nº 06.2021.00000672-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Colpar Participações S/A - Assunto: Apurar o déficit de 823,26 hectares em área de Reserva Legal e eventuais processos erosivos e déficit em Área de Preservação Permanente na Fazenda Dois Irmãos, em Naviraí, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme parecer nº 018/2020/CEIPPAM/LASANGE-UEMS. **11) Inquérito Civil nº 06.2021.00001102-0** - 76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Secretaria Municipal de Saúde - Assunto: Apurar o saneamento das irregularidades apontadas no Ofício nº 115/2021 da Câmara Municipal de Campo Grande/MS e no Relatório nº 97/2021 da Vigilância Sanitária Municipal pela UPA Coronel Antonino. **12) Inquérito Civil nº**



**06.2021.00001298-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas - Requerente: Secretaria Municipal de Saúde - Requerido: Carlos Eduardo Arantes - Assunto: Apurar desmatamento em área de mata atlântica, na cidade de Selvíria. **13) Inquérito Civil nº 06.2021.00001412-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Maria Aparecida dos Santos Correia - Assunto: Acumulação de cargos e incompatibilidade de horários - vereadora e cargo efetivo. **14) Inquérito Civil nº 06.2021.00001500-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina - **SIGOLOSO**. **15) Inquérito Civil nº 06.2022.00000516-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina - **SIGOLOSO**. **16) Inquérito Civil nº 06.2022.00000608-7** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã - Requerente: 2º PEL/3ª CIA/BPMA/CPE/SÃO GABRIEL DO OESTE - Requerido: Jorge Tsutomu Miyoshi - Assunto: Apurar desmatamentos, possivelmente ilegais, de 27,16 ha, realizado no período compreendido entre 04/12/2020 e 21/08/2021, conforme Laudo Técnico n.º 273/21/Nugeo (Programa DNA Ambiental 2021), de 1,20 ha, ocorrido entre 19/02/2022 e 22/04/2022, conforme Laudo Técnico n.º 329/22/Nugeo (Programa DNA Ambiental 2022) e de 22,59 ha, realizado no período entre 07/09/2021 - 29/03/2022, conforme Laudo Técnico n.º 276/22/Nugeo, ocorridos na Fazenda Córrego Fundo, em Camapuã/MS, de propriedade de Jorge Tsutomu Miyoshi. **17) Inquérito Civil nº 06.2022.00000707-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerente: Polícia Militar Ambiental de Bataguassu-MS - Requeridos: Jair Bresolin e Thelma Elizabete Martins - Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na Fazenda Água Santa, nesta cidade, em decorrência da exploração vegetal por meio do uso do fogo (queimada) sem autorização legal. **18) Inquérito Civil nº 06.2022.00000763-1** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requeridos: Gustavo de Oliveira Rocha e Luciene Dias Brandão - Assunto: Apurar a regularidade da supressão de 3,20 hectares em área remanescente de vegetação nativa em área não declarada, no interior do imóvel rural "Fazenda São Francisco", em Ribas do Rio Pardo/MS, sem autorização do órgão competente. **19) Inquérito Civil nº 06.2022.00000799-7** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Rubens Garcia Castilho - Assunto: Adotar as medidas necessárias para regularização jurídico-ambiental da Fazenda Berrante de Ouro, frente a necessidade de reformas e manutenção nas curvas em nível e caixas de contenção, para fins conter alguns "trieiros" ou fissuras causadas pelo trânsito de animais de cria nas proximidades. **20) Inquérito Civil nº 06.2022.00000863-0** - 7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas - Requerente: Câmara Municipal de Três Lagoas/MS - Requerida: Empresa Poligonal Engenharia e Construções LTDA, Município de Três Lagoas - Assunto: Apurar possíveis irregularidades ocorridas nas construções de 7 praças públicas, pela empresa Poligonal Engenharia e Construções LTDA, objeto do Contrato Administrativo nº 282/2020. **21) Inquérito Civil nº 06.2022.00000872-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Ariodo Ferreira Pinto - Assunto: Apurar a supressão de 11,03 hectares, no período compreendido entre 19/02/2022 e 22/04/2022, em área remanescente de vegetação nativa e reserva legal proposta, na fazenda Ponte Nova Mirassol, em Figueirão/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico nº 315/22/NUGEO. **Advogado: Túlio Cassiano Garcia Mourão – OAB/MS nº 11.903.** **22) Inquérito Civil nº 06.2022.00001404-3** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Varandas do Carmo - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Varandas do Campo visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **23) Inquérito Civil nº 06.2022.00001403-3** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Odete Trindade Benites - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Odete Trindade Benites visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **24) Inquérito Civil nº 06.2022.00001406-5** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Tia Eva - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Tia Eva visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **25) Inquérito Civil nº 06.2022.00001407-6** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Paraíso Infantil - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Paraíso Infantil visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **26) Inquérito Civil nº 06.2022.00001408-7** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Pascoala Vera Rios - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na





estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Pascoala Vera Rios visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **27) Inquérito Civil nº 06.2022.00001409-8** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Paulo Siufi - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Paulo Siufi visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **28) Inquérito Civil nº 06.2022.00001410-0** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Sônia Helena Baldo Bernardo dos Santos - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Sônia Helena Baldo Barnardo dos Santos visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **29) Inquérito Civil nº 06.2022.00001411-0** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Pedacinho do Céu - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Pedacinho do Céu visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **30) Inquérito Civil nº 06.2022.00001413-2** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Professor Edison da Silva - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Professor Edison da Silva visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **31) Inquérito Civil nº 06.2022.00001414-3** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI São José - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI São José visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **32) Inquérito Civil nº 06.2022.00001415-4** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Professor Eloy Souza da Costa - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Professor Eloy Souza da Costa visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **33) Inquérito Civil nº 06.2022.00001416-5** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Santa Terezinha - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Santa Terezinha visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **34) Inquérito Civil nº 06.2022.00001418-7** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Professora Adélia Leite Krawiec - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Professora Adélia Leite Krawiec visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **35) Inquérito Civil nº 06.2022.00001419-8** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Santa Emília - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Santa Emília visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **36) Inquérito Civil nº 06.2022.00001420-0** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Professora Adriana Nogueira Borges - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Professora Adriana Nogueira Borges visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **37) Inquérito Civil nº 06.2022.00001421-0** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Professora Ayd Camargo César - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Professora Ayd Camargo César visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **38) Inquérito Civil nº 06.2022.00001422-1** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Santa Edwirges - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Santa Edwirges visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.



**39) Inquérito Civil nº 06.2022.00001423-2** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Professora Elenir Zanqueta Molina - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Professora Elenir Zanqueta Molina (Antigo CEINF Nascente do Segredo) visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **40) Inquérito Civil nº 06.2022.00001426-5** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: APM EMEI Professora Elza Francisca de Souza Maciel - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Professora Elza Francisca de Souza Maciel visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **41) Inquérito Civil nº 06.2022.00001427-6** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Professora Iracema da Cunha Barreto - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Professora Iracema da Cunha Barreto visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **42) Inquérito Civil nº 06.2022.00001428-7** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Professora Laura Rodrigues de Oliveira - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Professora Laura Rodrigues de Oliveira visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **43) Inquérito Civil nº 06.2022.00001430-0** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Professora Lina Lemes de Oliveira (Antiga EMEI Tupinambás) - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Professora Lina Lemes de Oliveira (Antiga EMEI Tupinambás) visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **44) Inquérito Civil nº 06.2022.00001431-0** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Professora Luzinete Cezar Gonçalves - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Professora Luzinete Cezar Gonçalves visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **45) Inquérito Civil nº 06.2022.00001432-1** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Professora Maria Josefina Bezerra Xavier (Antiga EMEI Base Aérea) - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Professora MARIA Josefina Bezerra Xavier (Antiga EMEI Base Aérea) visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **46) Inquérito Civil nº 06.2022.00001433-2** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Ramza Bedoglin Domingos - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Ramza Bedoglin Domingos visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **47) Inquérito Civil nº 06.2022.00001435-4** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Regina Vitorazzi Sebben - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Regina Vitorazzi Sebben visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **48) Inquérito Civil nº 06.2022.00001436-5** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Sandra Mara Gobbo - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Sandra Mara Gobbo visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **49) Inquérito Civil nº 06.2022.00001437-6** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Santa Bárbara - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Santa Bárbara visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **50) Inquérito Civil nº 06.2022.00001444-3** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Professora Onira Santos Rosa - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede



Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Professora Onira Santos Rosa - Extensão (Estância Cambaúva) visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **51) Inquérito Civil nº 06.2022.00001445-4** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal - Extensão (Fazenda Santa Maria) - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal - Extensão (Fazenda Santa Maria) visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **52) Inquérito Civil nº 06.2022.00001471-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Adairo Furtado de Almeida - Assunto: Apurar eventual desmatamento ilegal de uma área total de 44,84 hectares, ocorrido no período de 04/11/2020 a 29/03/2021 na Fazenda Três Marias, localizada em Figueirão, de propriedade de Adairo Furtado de Almeida, conforme Laudo Técnico n.º 327/21/Nugeo. **53) Inquérito Civil nº 06.2023.00000006-4** - 7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Três Lagoas – **SIGILOSO**. **54) Inquérito Civil nº 06.2023.00000225-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso – **SIGILOSO**. **55) Inquérito Civil nº 06.2023.00000629-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Onivaldo Candido de Oliveira - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 2,40 hectares de vegetação nativa remanescente, dos quais 0,16 hectares atingiram Reserva Legal Proposta, na Fazenda São Joaquim (Projeto de Assentamento São Joaquim Lote 116), em Selvíria/MS, realizada sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico n. 69/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental) e Auto de Infração n. 012425/2023. **56) Inquérito Civil nº 06.2023.00000824-5** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Marcus Nascimento Goncalves de Oliveira - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 15,5000 hectares de vegetação nativa em área de Reserva Legal, bem como o corte de árvores nativas isoladas em 614 hectares na área dos pivôs centrais, na Fazenda São José do Pontal, em Ribas do Rio Pardo/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Auto de Infração nº 012159/2023 e Laudo de Constatação nº 015566/2023. **57) Inquérito Civil nº 06.2023.00001079-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Lierson Alves - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 26,5 hectares em área declarada como remanescente de vegetação nativa, na Fazenda Pindorama Bela Vista, em Paranaíba/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração n. 009925/2022 e Laudo de Constatação n. 012992/2022. **58) Inquérito Civil nº 06.2023.00001210-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Verde de Mato Grosso – **SIGILOSO**. **59) Inquérito Civil nº 06.2023.00001310-4** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: José dos Santos - Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente de supressão vegetal de 0,41ha de floresta nativa no Assentamento Canoas, MS - 112, Lote 014 de coordenadas nº 22K 393935 7771396, sem autorização do órgão ambiental competente. **60) Inquérito Civil nº 06.2023.00001312-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Paulo Cesar Ribeiro Costa - Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente de desmatar, explorar economicamente ou degradar floresta, plantada ou nativa, em terras de domínio público ou devolutas, sem autorização do órgão competente. Ainda, desmatar, a corte raso, florestas ou demais formações nativas, fora da reserva legal, sem autorização da autoridade competente. **61) Inquérito Civil nº 06.2023.00001317-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Maria de Lourdes Silvestre da Silva - Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente de desmatamento ilegal (supressão vegetal) de 7,15 ha em área abrangida pelos Lotes 78 e 79 do Assentamento São Joaquim, localizado no município de Selvíria/MS.

Campo Grande, 29 de janeiro de 2024.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP



CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

AVISO N. 0001/2024/CGMP/MS

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94, alterada pela Lei Complementar nº 145/2010,

A V I S A:

Serão objeto de Correição Ordinária as Promotorias de Justiça abaixo elencadas, cujos procedimentos correicionais iniciar-se-ão a partir do 15º dia da publicação deste aviso:

PJ Angélica
1ª PJ Coxim
2ª PJ Coxim
3ª PJ Coxim
1ª PJ São Gabriel do Oeste
2ª PJ São Gabriel do Oeste
PJ Pedro Gomes
1ª PJ Rio Verde de Mato Grosso
PJ Rio Negro
PJ Sonora
1ª PJ Maracaju
2ª PJ Maracaju
PJ Porto Murtinho
1ª PJ Corumbá
2ª PJ Corumbá
3ª PJ Corumbá
4ª PJ Corumbá
5ª PJ Corumbá
6ª PJ Corumbá
7ª PJ Corumbá
1ª PJ Ivinhema
2ª PJ Ivinhema
1ª PJ Cassilândia
2ª PJ Cassilândia
1ª PJ Ponta Porã
2ª PJ Ponta Porã
3ª PJ Ponta Porã
4ª PJ Ponta Porã
5ª PJ Ponta Porã
1ª PJ Chapadão do Sul
2ª PJ Chapadão do Sul
1ª PJ Bela Vista

Campo Grande, 29 de janeiro de 2024.

SILVIO CESAR MALUF  
Corregedor-Geral do Ministério Público



COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREGÃO Nº 09/PGJ/2023 – ELETRÔNICO  
PROCESSO Nº 09.2023.00001917-5  
UASG – 453860

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados que, com referência ao Pregão Eletrônico nº 09/PGJ/2023 (Processo nº 09.2023.00001917-5), destinado à contratação de serviços técnicos especializados de comunicação de dados redundantes nas modalidades terrestres de intranet e de internet, pelo prazo inicial de 5 (cinco) anos, a sessão de abertura foi suspensa para reanálise das condições do certame.

Campo Grande, 29 de janeiro de 2024.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA  
Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS  
Ordenadora de Despesa

COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 01/2024

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2024.00000255-5  
Partes:  
Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa  
Donatária: Obras Sociais Centro Espírita Fraternidade Anália Franco, representada por seu Presidente, Vitor Hugo Santana Rojas,  
Amparo legal: Resolução nº 26/2023-PGJ  
Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social  
Data da assinatura: 17 de janeiro de 2024.  
Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Cadeira/Poltrona	6
2	Aparelho de Ar Condicionado	2
3	Armário alto/baixo com/sem portas	7
4	Mesa	3
5	Suporte para CPU	5
6	Gaveteiro	1
TOTAL DE ITENS		24



**EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 02/2024**

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2023.00000256-6

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa

Donatária: Associação De Pais E Amigos Do Autista De Campo Grande, representado por sua Presidente, Neide Salvador Pacheco de Lima,

Amparo legal: Resolução nº 26/2023-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 17 de janeiro de 2024.

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Poltrona/cadeira/longarina	5
2	Aparelho de Ar-Condicionado	2
3	Armário alto/baixo, com/sem portas	7
4	Mesa	6
5	Suporte para CPU	1
TOTAL DE ITENS		21

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**

**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL**

**CAMPO GRANDE**

**EDITAL Nº 0005/2024/34PJ/CGR**

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2024.00000689-5

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Acrissul - Associação dos Criadores do MS

Objeto(s): Fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas no acordo judicial homologado nos autos de Agravo de Instrumento nº 1414873-10.2023.8.12.0000.

Campo Grande, 29 de janeiro de 2024

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA  
Promotor de Justiça



**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0004/2024/6IPJ/CGR**

A 61ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2022.00199867-0 em que constam como investigado Jeferson Rodrigues de Oliveira Ferreira e vítima "Não identificada", conforme se transcreve: “ ante a inexistência de indícios suficientes de materialidade para a propositura da ação penal, o Ministério Público Estadual deixa de ofertar denúncia, requerendo o arquivamento do presente inquérito”.

Campo Grande/MS, 29 de janeiro de 2024

SÍLVIO AMARAL NOGUEIRA DE LIMA  
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0003/2024/6IPJ/CGR**

A 61ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2023.00180028-0 em que constam como investigado "A apurar" e vítimas Eraldo Silva Da Cruz e Allan Henrique do Nascimento Ramires conforme se transcreve: “ promove-se o arquivamento do inquérito policial quanto ao crime de furto, bem como declina-se da competência para investigação e apuração do crime de receptação culposa, quanto ao delito restante (receptação culposa), remetendo-se os autos a uma das varas do juizado especial criminal desta comarca.

Campo Grande/MS, 29 de janeiro de 2024

SÍLVIO AMARAL NOGUEIRA DE LIMA  
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0002/2024/6IPJ/CGR**

A 61ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2019.00110098-9 em que constam como investigado "A apurar" e vítima Lucas e Silva de Lima, conforme se transcreve: “ ante a ausência de indícios de autoria, o Ministério Público Estadual deixa de ofertar denúncia”.

Campo Grande/MS, 26 de janeiro de 2024

SÍLVIO AMARAL NOGUEIRA DE LIMA  
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>1</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0917573-13.2023.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) E.S.L<sup>2</sup> e vítima(s) A.C.S.S, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da insuficiência de provas, resta prejudicada a propositura da ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito.”

Campo Grande-MS, 26 de janeiro de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES  
Promotor de Justiça

1 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

2 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.





## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>3</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0918650-57.2023.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) R.S.F<sup>4</sup> e vítima(s) T.A.S, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da insuficiência de provas, elemento essencial à tipicidade, resta prejudicada a propositura da ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito.”

Campo Grande-MS, 26 de janeiro de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES  
Promotor de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>5</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0923339-47.2023.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) J.R.S<sup>6</sup> e vítima(s) P.F.G, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da insuficiência de provas, elemento essencial à tipicidade, resta prejudicada a propositura da ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito.”

Campo Grande-MS, 26 de janeiro de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES  
Promotor de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>7</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0925133-06.2023.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) L.K.S<sup>8</sup> e vítima(s) R.O.R, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da insuficiência de provas, elemento essencial à tipicidade, resta prejudicada a propositura da ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito.”

Campo Grande-MS, 26 de janeiro de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES  
Promotor de Justiça

3 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

4 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

5 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

6 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

7 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

8 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>9</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0925124-44.2023.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) O.I.V<sup>10</sup> e vítima(s) L.I.V, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da insuficiência de provas, elemento essencial à tipicidade, resta prejudicada a propositura da ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito.”

Campo Grande-MS, 26 de janeiro de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES  
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>11</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0925198-98.2023.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) A.T.S<sup>12</sup> e vítima(s) S.M, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da ausência de materialidade delitiva, elemento essencial à tipicidade, resta prejudicada a propositura da ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito.”

Campo Grande-MS, 26 de janeiro de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES  
Promotor de Justiça

---

**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL**

---

---

**AMAMBAI**

---

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>13</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0002217-33.2019.8.12.0004, em que constam como vítima(s) Ivanete Vera Nunes, conforme se transcreve:

"promove o ARQUIVAMENTO do presente inquérito policial, em virtude da ausência de provas acerca da materialidade do crime (falta de justa causa acerca da materialidade delitiva))."

Amambai (MS), 29 de janeiro de 2024.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA  
Promotora de Justiça

---

9 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

10 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

11 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

12 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

13 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>14</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0000860-76.2023.8.12.0004, em que constam como investigado(a/s) Joelson Nogueira da Silva, conforme se transcreve:

"promove o ARQUIVAMENTO do presente inquérito policial, em virtude da ausência de culpabilidade (falta de justa causa para a promoção da ação penal)".

Amambai (MS), 26 de janeiro de 2024.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA  
Promotora de Justiça

## APARECIDA DO TABOADO

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>15</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial autuado sob o nº 0000800-77.2022.8.12.0024, em que constam como investigado F.G.M<sup>16</sup>, e vítima A.S.K, conforme se transcreve: “Ante o exposto, tendo em vista a insuficiência dos elementos de informação quanto a autoria e materialidade delitivas com relação à infração penal prescrita no art. 147 do Código Penal, o Ministério Público requer o arquivamento do presente inquérito policial, por ausência de justa causa à propositura da ação penal”.

26 de janeiro de 2024, Aparecida do Taboado/MS.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI  
Promotor de Justiça

## BANDEIRANTES

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>17</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos autos nº 0900002-54.2023.8.12.0025, em que constam como investigado(a/s) A APURAR<sup>18</sup> e vítima(s) A APURAR, conforme se transcreve: “Diante do exposto, o Ministério Público Estadual, por seu Promotor de Justiça que esta subscreve, nos termos do art. 28 do CPP, promove o arquivamento do expediente policial, por ausência de justa causa mínima para a propositura da ação penal, com a ressalva do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal e da Súmula 524 do STF, bem como, nos termos do art. 4º e 5º da Resolução n. 43/2023-PGJ.

Bandeirantes-MS, 26 de janeiro de 2024.

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA  
Promotor de Justiça

14 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

15 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

16 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

17 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

18 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

**CASSILÂNDIA****EDITAL N° 0001/2024/01PJ/CLA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública o aditamento da INSTAURAÇÃO do Inquérito Civil Público nº 06.2023.00000311-7, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Inquérito Civil Público nº 06.2023.00000311-7

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul – AGEPEN-MS

Assunto: Adotar as providências necessárias para melhorias nas condições humanitárias, de segurança e de salubridade do Estabelecimento Penal de Cassilândia.

Cassilândia-MS, 26 de janeiro de 2024

MAYARA SANTOS DE SOUSA

Promotora de Justiça

**RECOMENDAÇÃO N. 0008/2023/02PJ/CLA**

Procedimento Administrativo nº 06.2023.00001252-7

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde, no uso das atribuições legais e,

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública, (aos quais se incluem as ações e serviços em saúde), aos direitos assegurados pela Constituição Federal/88, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, inciso II, da Constituição Federal/88);

CONSIDERANDO que a saúde configura um direito público subjetivo e fundamental do ser humano, cujo dever de assegurá-la foi conferido à Administração Pública, conforme previsão dos artigos 23, inciso II, 24, inciso XII e 30, inciso VII, 196 e 197, todos da Carta Constitucional de 1988;

CONSIDERANDO que o mencionado direito à saúde vem regulamentado na Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde-SUS), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, assim como a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

CONSIDERANDO que a referida legislação em seu art. 2º dispõe que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pelo exercício; e o § 1º propugna que o dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outro agravos no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação;



CONSIDERANDO que o Sistema Único de Saúde, por meio do Programa Nacional de Imunizações, oferece 19 (dezenove) vacinas para a população de forma gratuita no Calendário Nacional de Vacinação, sendo que todas passaram por rigorosos processos de avaliação, controle de qualidade e aprovação para uso na população<sup>19</sup>;

CONSIDERANDO a Nota Técnica nº 334/2022 CGPNI/DEIDT/SVS/MS, emitida pelo Ministério da Saúde, a qual expõe que para enfrentamento dos baixos índices de vacinação é primordial que sejam elaboradas estratégias conjuntas entre as equipes da Atenção Primária em Saúde, Educação e Vigilância em Saúde;

CONSIDERANDO que referido documento contextualiza a importância do Programa Saúde na Escola (PSE), que se tornou estratégia de integração entre os setores para o desenvolvimento da cidadania e da qualificação de políticas públicas nacionais;

CONSIDERANDO que, nesse sentido, a Nota Técnica nº 334/2022-CGPNI/DEIDT/SVS/MS, emitida pelo Ministério da Saúde, recomendou adoção de diversas ações, dentre as quais citam-se:

- realizar análise intersetorial sobre a situação vacinal e sociodemográfica do território, sendo que as equipes de saúde e de educação podem planejar de forma articulada a realização de vacinação na escola, mediante a deriva aprovação dos representantes da comunidade escolar e sempre associada a atividades de promoção da saúde que envolvam a sensibilidade da importância da vacinação;
- planejar ação conjunta para que os profissionais de saúde possam realizar a verificação da situação vacinal dos educandos, uma vez que exige conhecimento das vacinas, doses e intervalos recomendadas, sendo importante que o profissional de saúde tenha acesso à caderneta de vacinação, a fim de avaliar o estado de proteção ou de vulnerabilidade vacinal e atualizá-la quando necessário;
- realizar o alinhamento prévio entre as secretarias de saúde e educação, conforme a realidade local para a captação dos estudantes por ocasião da efetivação da matrícula e apresentação da caderneta de vacinação a partir da avaliação do documento pelo profissional da saúde capacitado, a fim de encaminhar o não vacinados às UBS para atualizarem a caderneta de vacinação, de modo que a situação vacinal encontrada não será restritiva para a efetivação da matrícula;
- desenvolver ações de educação em saúde na escola direcionadas para a comunidade escolar com o objetivo de identificar aqueles que estão com os esquemas incompletos, sendo uma excelente oportunidade, por meio da articulação com a UBS, para garantir atualização da caderneta de vacinação;

CONSIDERANDO que, de acordo com dados do Ministério da Saúde, a cobertura vacinal da população vem caindo gradativamente, sendo que, em 2021, conta com menos de 59% dos cidadãos imunizados, sendo o patamar preconizado pelo Ministério da Saúde de 95%<sup>20</sup>.

CONSIDERANDO que dados veiculados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância-UNICEF apontam que a taxa de vacinação infantil no Brasil vem sofrendo queda brusca, eis que a taxa caiu de 93,1% para 71,49%, sendo que tal número inseriu o Brasil entre os dez países com menor cobertura vacinal do mundo em 2022<sup>21</sup>;

CONSIDERANDO que, tal cenário traz à tona a retomada de doenças já erradicadas, como poliomielite, rubéola e difteria em razão da baixa cobertura vacinal, conforme dados da Agência Brasil<sup>22</sup>;

CONSIDERANDO que a omissão dos pais ou responsáveis legais em vacinar seus filhos/crianças sob sua responsabilidade configura violência (negligência/abandono), que deve ser notificada no SINAM (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) do Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO que a Lei Estadual nº 3.924, de 30 de junho de 2010, dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação da Carteira de Vacinação no ato da matrícula escolar no Estado de Mato Grosso do Sul;

19 [https://www.gov.br/saude/pt-br/campanhas-da-saude/arquivos/ebook\\_vacina\\_final\\_alta.pdf](https://www.gov.br/saude/pt-br/campanhas-da-saude/arquivos/ebook_vacina_final_alta.pdf)

20 <sup>1</sup> <https://portal.fiocruz.br/noticia/cobertura-vacinal-no-brasil-esta-em-indices-alarmantes>

21 <https://portal.fiocruz.br/noticia/vacinacao-infantil-sofre-queda-brusca-no-brasil>

22 <sup>1</sup> <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2018-07/saiba-quais-doencas-voltaram-ameacar-o-brasil>



CONSIDERANDO que o artigo 1º da citada lei dispõe que é obrigatória, em todo o território estadual, a apresentação da Carteira de Vacinação do alunos de até 18 anos, no ato de suas respectivas matrículas, em todas as escolas de rede pública ou particular, que ofereçam Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio;

CONSIDERANDO que o parágrafo primeiro do artigo 1º da Lei nº 3.924, de 30 de junho de 2010, prevê que a Carteira de Vacinação deverá estar atualizada, assim entendida aquela que contenha os atestados de todas as vacinas consideradas obrigatórias, de acordo com o Calendário de Vacinação da Criança e Calendário de Vacina do Adolescente, conforme a faixa etária em consonância com disposição de norma do Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO que, durante Reunião de Trabalho realizada no dia 28 de março de 2023, mo procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00002390-2, a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde pontuou a existência de tratativas para que fosse exigido atestado de situação vacinal no momento da matrícula das crianças nas escolas, o que faria com que os pais faltosos buscassem vacinar seus filhos quando da formalização da matrícula do início do ano letivo, já que hoje apresentam apenas a “carteirinha de vacinação”;

CONSIDERANDO que se verificou que a apresentação apenas da “carteirinha de vacinação” tem sido insuficiente para demonstrar a regularidade vacinal, já que funcionários da escola, no ato da matrícula, não possuem conhecidos técnicos suficientes para constatar se o calendário vacinal de crianças e adolescentes estão completos;

CONSIDERANDO que tal situação contribui para os baixos índices de vacinação, uma vez que não há análise minuciosa acerca da atualização da carteira de vacinação de crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO que referida situação constitui violação ao parágrafo primeiro do artigo 1º la Lei Estadual nº 3.924, de 30 de junho de 2010, o qual prevê que a Carteira de Vacinação deverá estar atualizada, assim entendida aquela que contenha os atestados de todas as vacinas consideradas obrigatórias, de acordo com o Calendário de Vacinação da Criança e Calendário de Vacinação do Adolescente, conforme a faixa etária, em consonância com disposição de norma do Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO que o STF, no julgamento das ADI 6586 e 6587, fixou a tese de que a *vacinação compulsória não significa vacinação forçada, facultada a recusa do usuário, podendo, contudo, ser implementada por meio de medidas indiretas, as quais compreendem, dentre outras, a restrição ao exercício de certas atividades ou à frequência de determinados lugares, desde que previstas em lei, ou dela decorrentes, e tenham como base evidências científicas e análise estratégicas pertinentes, venham acompanhadas de ampla informação sobre a eficácia, segurança e contradições dos imunizados, respeitem a dignidade humana e os direitos fundamentais das pessoas; atendam aos critérios razoabilidade e proporcionalidade; e sejam as vacinas distribuídas universal e gratuitamente;*

CONSIDERANDO que o Plano Nacional de Atuação Ministerial em Saúde Pública, em seu inciso V, prevê que os membros do Ministério Público devem incentivar *ações de promoção e de ampliação da cobertura vacinal no âmbito dos municípios notadamente em relação à imunização infantojuvenil, visando à redução do risco de disseminação de doenças e de outros agravos, haja vista o disposto no art. 196 da Constituição Federal;*

CONSIDERANDO o teor do Enunciado 1, emitido na IV Reunião Ordinária de 2022 do Grupo Nacional de Direitos Humanos-GNDH, que estabelece que o Ministério Público deve priorizar sua atuação coletiva nas questões de saúde pública, sem prejuízo de sua atribuição para a tutela individual, com o fundamento no art. 127, caput da CF/88, observado o disposto no Tema Repetitivo nº 766 do STJ e no Tema de Repercussão Geral nº 262 do STF;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 015/2077-PGJ, de 27.11.2007, dispõe em seu artigo 5º que a *Recomendação* é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social;

#### O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL RECOMENDA:

À Secretária Municipal de Saúde de Cassilândia, Secretária Municipal de Educação de Cassilândia e Diretores de Escola Privadas a exigência de "atestado de situação vacinal" de todas as crianças e adolescentes no ato da matrícula junto a estabelecimentos de ensino público ou particular, a ser fornecido pela Unidade de Saúde de referência do aluno,





a fim de comprovar a regularidade do calendário vacinal de crianças e adolescentes, ou seja, no "atestado de situação vacinal" deverá constar se todas as vacinas da criança e/ou adolescente estão em dia ou, em caso negativo, quais as vacinas faltantes.

Registre-se que a não apresentação do atestado de situação vacinal ou a apresentação do atestado com pendências não impedirá a matrícula do aluno, porém é imperioso que a situação seja regularizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias preconizado no artigo 2º da Lei nº 3.924, de 30 de junho de 2010, sob pena de comunicação da escola ao Conselho Tutelar e à Coordenação Geral do Programa Nacional de Imunizações da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) para as devidas providências, especialmente busca ativa do aluno para regularização do calendário vacinal.

**I) NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS:**

A. Respondam por escrito a esta Promotoria de Justiça sobre o acatamento ou não da presente Recomendação e, em caso de acatamento, deverão os gestores de saúde e educação dar ciência a todas as escolas do Município, públicas e privadas, acerca da obrigatoriedade do cumprimento do conteúdo desta Recomendação;

B. Encaminhe-se cópia da presente Recomendação, para fins de ciência, ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão, dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência – CAODH;

C. Para melhor cumprimento e divulgação, remeta-se cópia da presente Recomendação para publicação ne seu inteiro teor no Diário Oficial do Ministério Público – DOMP-MS.

Cassilândia/MS, 14 de dezembro de 2023.

MAYARA SANTOS DE SOUSA  
Promotora de Justiça  
-Em Substituição Legal-

**COSTA RICA**

**EDITAL N. 0002/2024/01PJ/KCA**

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Costa Rica/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução n. 43/2023-PGJ, 24 de novembro de 2023, comunica aos investigados Rafael da Silva Albino e Carlito Francisco dos Santos a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0900359.82.2023.8.12.0009, em que constam como investigados Rafael da Silva Albino e Carlito Francisco dos Santos e vítima O Estado, conforme se transcreve: “nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, promove o arquivamento do presente feito, ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Costa Rica, 26 de janeiro de 2024.

GEORGE CÁSSIO TIOSSO ABBUD  
Promotor de Justiça





---

**IVINHEMA**

---

**EDITAL N.: 0001/2024/02PJ/IVH**

A 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ4, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado J.B.S e vítima T.R.V. da decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0001182-72.2023.8.12.0012<sup>23</sup>, conforme se transcreve: “nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, promove o arquivamento do presente feito com base no art. 107, inciso IV, do Código Penal”.

Ivinhema/MS, 29 de janeiro de 2024.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI  
Promotor de Justiça

---

23 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”